

# Fraude já custou R\$ 13 mi à Prefeitura

Corregedoria-Geral do Município identificou irregularidades em mais sete guias de autorização para construção de prédios

Felipe Frazão  
Cida Alves

ESPECIAL PARA O ESTADO

As investigações da Corregedoria-Geral do Município sobre a quadrilha que fraudou autorizações municipais para erguer prédios acima dos limites permitidos mostram, até agora, fraudes em pelo menos 10 guias e um rombo que já chega a R\$ 13 milhões. “E os números não param de crescer”, afirmou ontem o corregedor-geral Edilson Mougant Bonfim. Por enquanto, três construtoras são investigadas.

Alguns casos apurados datam de 2007, segundo Bonfim. Os documentos são idênticos aos em-

tidos na concessão da outorga onerosa – mecanismo legal que permite a uma construtora levantar empreendimentos acima do gabarito máximo da área. Mas são falsas as autenticações de pagamento, que destacariam uma agência bancária fantasma. As guias foram aceitas como verdadeiras pela Secretaria Municipal de Habitação (Sehab).

A guia falsa que deu início à investigação, apresentada pela Marcanni Construtora e Incorporadora Ltda. para subir um prédio residencial de alto padrão no Tatuapé, zona leste, tem data de novembro. Só em junho, após receber uma denúncia, a Prefeitura se deu conta de que o dinheiro nem sequer caiu no ca-

xado Tesouro. O corregedor-geral reconheceu falha interna na Prefeitura, mas não foi encontrado nenhum indício de participação de servidores.

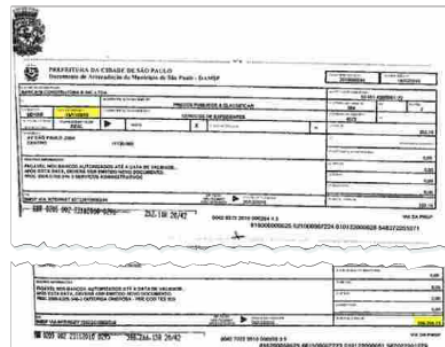
**Kassab.** Questionado ontem pelo Estado sobre o motivo da falta de checagem dos depósitos, o prefeito Gilberto Kassab (sem partido) assegurou apenas que existem mecanismos de acompanhamento e fiscalização. “Vamos apurar se tem algum equívoco, algo inadequado. Mas é uma ação que a qualquer momento seria identificada.”

A Marcanni divulgou nota oficial ontem, na qual também se diz lesada. O advogado da empresa tentou autorização judicial pa-

ra emitir nova guia de outorga onerosa e pagá-la para regularizar o empreendimento. Mas despacho de Kassab no *Diário Oficial* de ontem, porém, ordenou que a obra continue embargada.

Segundo Bonfim, entre os convocados para prestar esclarecimentos ontem na Corregedoria havia duas pessoas de uma empresa chamada Nobre Consultoria e Engenharia Ltda. que não compareceram.

Elas estariam vinculadas a um dos intermediários do esquema. “Queremos saber se essa empresa existe e a sua idoneidade. Eles precisam vir prestar contas e informações”, disse Bonfim. A reportagem não conseguiu contato com a empresa.



Boleto. Guia falsa foi usada para erguer prédio no Tatuapé

# Quadrilha fraudava autorizações para fazer prédio

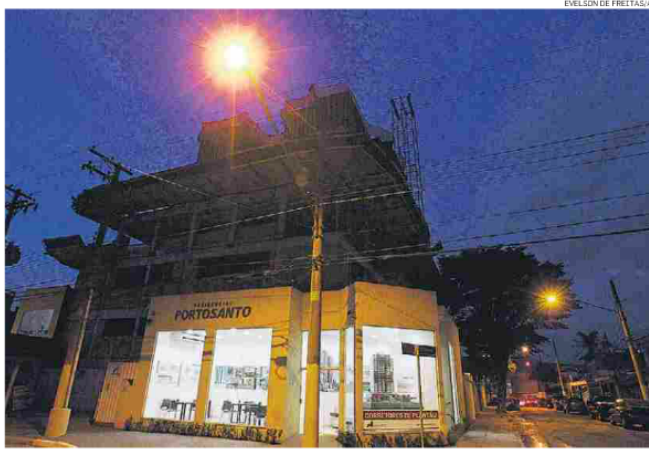
Construtora obteve aval para erguer condomínio de alto padrão no Tatuapé, zona leste da capital, mas nenhum centavo entrou nos cofres da Prefeitura

Felipe Frazão

Pelo menos três construtoras usaram falsas guias de recolhimento de outorga onerosa – taxa que permite construir prédios acima do gabarito legal em São Paulo – para forjar pagamentos à Prefeitura. Segundo investigação da Corregedoria-Geral do Município, elas causaram prejuízos de mais R\$ 4 milhões aos cofres públicos. O que se quer saber agora é quem são os envolvidos e por que as autorizações foram concedidas sem que nenhum centavo tenha entrado na caixa da Prefeitura.

Três das falsas guias – com valores de R\$ 3 milhões, R\$ 800 mil e R\$ 586 mil – tiveram pagamento autenticado em um banco “fantasma”, mas a Prefeitura só divulgou detalhes da terceira, que deu início à investigação.

Para o corregedor-geral, Edilson Mougant Bonfim, o valor do rombo deve ser muito maior e há indícios de que uma quadrilha atuava no golpe. “O tamanho desse iceberg ainda é impossível de imaginar. Estamos correndo contra o relógio, porque sabemos que o crime organizado trabalha com rapidez. Vamos até as raízes desse que se figura ser um grande prejuízo aos cofres públicos”, disse ele, prometendo “conferir todos os processos



Residencial. Falsa guia de outorga onerosa, no valor de R\$ 586,2 mil, permitiu iniciar obra

de outorga onerosa dos últimos tempos” até identificar onde e quando começou o golpe.

A Corregedoria começou a apuração em junho, após a vice-prefeita, Alda Marco Antônio, receber denúncia de que uma guia no valor de R\$ 586.266,15, usada para construir um prédio de alto padrão no Tatuapé, na zona leste, era falsa. O documento havia sido emitido pela Secretaria Mu-

nicipal de Habitação em novembro do ano passado, como comprovação de suposto pagamento feito pela Marcanni Construtora e Incorporadora Ltda. De posse da guia, a construtora pôde começar a levantar o empreendimento residencial Porto Santo. A construção do condomínio de 72 apartamentos (de 87 m<sup>2</sup> e 110 m<sup>2</sup>), espalhados por 18 andares, foi paralisada anteontem, com a

suspensão do alvará da obra.

O corregedor-geral já disse ter ouvido seis envolvidos no caso, incluindo o dono da construtora. A Marcanni admitiu que comprou por R\$ 350 mil a guia falsa de R\$ 586 mil de um prestador de serviços contratado para legalizar o empreendimento na Prefeitura, por meio do pagamento de precatórios. Ele seria indicado por um arquiteto, que estaria en-

## PARA ENTENDER

### Outorga libera área maior

A outorga onerosa é uma autorização expedida pela Prefeitura para que uma construção seja feita acima dos limites de tamanho e altura estabelecidos pela legislação municipal em áreas definidas da cidade. Quando uma construtora quer levantar um prédio de área maior que a permitida na região, solicita autorização e paga ao Município, por meio de uma guia. O valor vai para o Fundo Municipal de Urbanização. A concessão é responsabilidade das Secretarias de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

volvido em outros dois casos.

Mas, segundo o advogado da construtora, Sandro Luiz Ferreira de Abreu, a empresa pagou sem saber que a guia era fraudulenta. Ele relata ainda que o prestador de serviços que entregou o documento falso devolveu os R\$ 350 mil à Marcanni. “A empresa se diz vítima, mas não convence ninguém. Ela já sabe do crime (falsificação de guia)”, diz Bon-

fim. A empresa apresentou extratos bancários da devolução – que serviram para provar o crime.

Até receber a denúncia, a Prefeitura não havia notado que o dinheiro da outorga do prédio não caiu no caixa do Fundo Municipal de Urbanização (Fundurb), administrado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano para melhorias gerais na cidade. O corregedor reconhece que houve falha interna e apura eventual participação de servidores públicos na fraude. “Tinha aparência de veracidade, constava ser a guia emitida pela Prefeitura.”

**Conivência.** Aproximadamente 30 concessões onerosas são feitas mensalmente na cidade, o que, segundo a Prefeitura, dificultou o controle das contas. “Se houver funcionários públicos envolvidos, eles serão denunciados, expostos por meio de processo penal e responsabilizados”, prometeu Bonfim. O Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Estadual acompanha o caso. Envolvidos poderão ser acusados de falsificação de documentos, estelionato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, crimes que preveem prisão. Até a noite de ontem, no entanto, ninguém havia sido preso.